

Os Desafios da Defesa e da Segurança na América do Sul

Amanda Rui Corrêa

Graduanda em Relações Internacionais – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

Juliana Monteiro Bernardino

Graduanda em Relações Internacionais – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

Rodolfo Queiroz Sverzut

Graduando em Relações Internacionais – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Redator do Observatório de Política Exterior (OPEX) e pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

Taís Caroline de Oliveira

Graduanda em Relações Internacionais – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Redatora do Observatório de Política Exterior (OPEX) e pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

Taynara Martins Batista

Graduanda em Relações Internacionais – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Redatora do Observatório de Política Exterior (OPEX) e pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade debater questões relacionadas à segurança da América do Sul. Dentro deste objetivo, primeiramente se discute a ideia de segurança e seu uso político-ideológico, como em organismos internacionais, a exemplo da OEA, e a inadequação do termo a diferentes realidades. Também se destaca a importância do Conselho de Segurança Sul-Americano, visando apreender mais eficientemente a realidade dos países da UNASUL de forma mais autônoma em relação aos Estados Unidos. Para tanto, faz-se uso de uma análise histórica, recuperando de forma comparada as vivências coloniais portuguesa e espanhola como desafios à integração regional. Além dessas questões históricas, o Brasil e os seus vizinhos sul-americanos diferenciam-se tanto em aspectos culturais e sociais, quanto em aspectos econômicos e políticos. Um fato gritante é o Brasil ser o Estado-membro da Unasul, com quase metade do PIB dos países-membros da comunidade regional. Todavia, um histórico político converge os países da região: época da guinada neoliberal e a quebra desta em um período mais a frente da eleição de governos de esquerda política. Sendo assim, pensar nos desafios da cooperação nos permite alcançar uma reflexão mais ampla na temática de defesa e segurança na América do Sul.

Palavras-Chave: Cooperação; Segurança; Defesa; América do Sul.

I. INTRODUÇÃO

Desde o princípio dos estudos de Relações Internacionais, a bibliografia foi dominada pela literatura anglo-saxã, conseqüentemente, a maioria dos conceitos – principalmente as questões relacionadas à guerra e paz – foram importados e assimilados sem o cuidado de atentar se condizem com a realidade em que eram empregados. Os conceitos são ferramentas epistêmicas que não precisam se ajustar aos acontecimentos exatamente, mas que são construídos para permitir uma aproximação aos mesmos com o objetivo de compreendê-los, explicá-los e, eventualmente, operar sobre eles (Saint-Pierre, 2011). Dessa forma, na América Latina, especificamente na área de defesa e segurança, os conceitos foram incorporados sem a mínima análise da sua aplicação regional. Esse é o caso de “agenda hemisférica de ameaças”, “segurança”, “defesa” e “multidimensionalidade”.

Ao falar de “segurança multidimensional” – um dos conceitos mais aceitos atualmente – tem-se a pretensão de misturar, indiscriminadamente, elementos muito variados - como ameaça, perigo, desafio, inimigo - de origens diversas - como sociais, políticas, econômicas, ambientais, energéticas -, e que requerem respostas diferentes - econômicas, de saúde pública, culturais, educativas, militares, policiais -, articuladas pelas várias agências do Estado e da sociedade. Esse amálgama analítico não contribui para a compreensão do fenômeno da segurança, nem a sua explicação satisfatória. Na verdade, serve apenas para enfeitar discursos sobre a defesa e a segurança, ocultando a especificidade de vários problemas mais sérios que afligem o continente na atualidade. Não obstante, talvez o mais perigoso desse conceito seja o aproveitamento político da inocultável confusão que esta multidimensionalidade mal explicada permite (Saint-Pierre, 2011).

As Organizações Internacionais americanas elaboraram suas concepções sobre quais seriam as “novas ameaças” ao continente ao fim da Guerra Fria, contudo, algumas formulações como a apresentada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), incorporava majoritariamente as demandas dos Estados Unidos, as quais não representam as dificuldades que afligem os Estados-membros como um todo, pois cada país possui a própria percepção de ameaça. Tal temática será melhor explorada posteriormente.

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é a organização internacional cujo debate sobre cooperação regional em defesa possui maior destaque, atualmente, devido ao órgão específico destinado para esta questão, o Conselho Sul-Americano de Defesa (CDS). Este possui uma entidade subordinada o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), encarregado de definir os conceitos de defesa e segurança, os quais nortearam as reuniões ministeriais.

Em suma, mesmo que os conceitos sejam ferramentas atemporais para a compreensão do objeto a ser estudado, a problemática de transportá-los da realidade anglo-saxã para a latino-americana, mostram-se incapazes de traduzir os assuntos da América Latina, principalmente na área de defesa e segurança. Tem-se como exemplo a generalização e confusão do conceito de “segurança multidimensional”, já citado. Portanto, criou-se o CDS, da UNASUL, para contrapor e fundamentar conceitos próprios de defesa e segurança da região, tendo como horizonte uma análise mais próxima da realidade sul-americana.

II. O CONCEITO DE MULTIDIMENSIONALIDADE NA AMÉRICA LATINA

Após o fim da Guerra Fria, atentou-se a problemas diferentes dos que o mundo estava habituado, os quais normalmente ameaçavam as funções clássicas do Estado, dessa forma, em consonância com a necessidade de estudar e problematizar essas novas ameaças, emergidas da

nova ordem mundial, foi fundamental a concepção de novos conceitos para abarcar esse novo cenário. Para tanto, criou-se no seio das Nações Unidas uma comissão responsável por analisar esse novo cenário de ameaças – a Comissão Palme – que adicionava na sua lista questões como migrações, miséria, desemprego, tráfico de drogas, crime organizado, entre outras.

Esta nova versão onusiana da “multidimensionalidade” reaparece no continente americano com a convocação das Conferências de Ministros de Defesa das Américas (CMDAs), como foro para discutir as questões da área e, especialmente, tratar de aprovar uma agenda hemisférica de segurança, na qual era proposta uma lista comum de ameaças para todo o continente. A lista supracitada era bem parecida com a da Comissão Palme, porém, a ordem de prioridade ou de “periculosidade” correspondia basicamente às necessidades norte-americanas (Saint-Pierre, 2011).

Em relação à utilização de tais conceitos na América Latina, Saint-Pierre ressalta que não há uma distinção clara entre segurança e defesa, o que, por sua vez interfere na solução dos problemas. Pois, para o autor, algumas ameaças não atingem de fato a soberania estatal e são provenientes da democracia deficiente dos Estados, em que a solução desses problemas (ambientais, políticos, econômicos e pobreza extrema) requer dinheiro e tempo, não se caracterizando como passíveis de serem solucionados pela defesa. No entanto, as Forças Armadas são vistas pela população como eficazes, uma vez que respondem imediatamente a esses problemas e dão aos cidadãos a “sensação de segurança”. Isso resulta numa crise de identidade das Forças Armadas no que diz respeito às suas funções em “tempos de paz” e em regimes democráticos.

Dessa forma, em decorrência da transnacionalidade e multidimensionalidade das ameaças, os Estados se encontram diante de uma situação complicada, pois precisam escolher o destino de suas Forças Armadas, se estas ficam restritas ao campo da defesa (externo) ou da segurança (interno - missões policiais), principalmente no que diz respeito à ameaça da articulação entre o crime organizado e o terrorismo, sendo necessária uma reestruturação da doutrina e a destinação dos aparatos militares (MEDEIROS FILHO, 2014, p. 32).

Cada uma dessas concepções é diretamente ou indiretamente afetada pelo o conceito de multidimensionalidade e securitização das temáticas, mas que ainda assim influenciam nas medidas de integração em termos de segurança regional.

III. DEBATE NO CERNE DA OEA SOBRE A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA

A Organização dos Estados Americanos (OEA) foi fundada em 1948, tem por objetivo defender os interesses dos países do continente americano, visando o desenvolvimento econômico, social e cultural por meios pacíficos. E após visualizar as falhas decorrentes da aliança para defesa conjunta continental, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) a Organização Internacional se engajou com igual afinco as discussões acerca dos conceitos tradicionais de segurança, iniciativa que resultou na criação da Comissão de Segurança Hemisférica. Uma das principais particularidades que caracterizava a Comissão era sua crítica a visão “militarizada” e “estática”, até então predominante dos conceitos de segurança.

Principal autor dessa crítica, o embaixador argentino, Hernán Patiño Mayer, definiu segurança como a “situação que em qualquer âmbito possibilita o exercício das próprias capacidades, não obstante a existência de ações e situações antagônicas e que, além disso, supõe a capacidade para enfrentar ou dissuadir a agressão ou para reduzir a vulnerabilidade ante a mesma” (apud SAINT-PIERRE, 2011, p 412). Mayer ainda expõe seu aspecto dinâmico, capaz de enfrentar distintas situações de risco.

Todavia, o conceito central abordado pela Comissão era a segurança cooperativa, ao invés da multidimensionalidade. Segundo o secretário-geral a época, César Gaviria, a iniciativa visava “a criação de condições de segurança cuja estabilidade dependia da confiança mútua, da regulação da capacidade militar e da previsibilidade das ações de todos os participantes. Ainda segundo Mayer:

“As novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são problemas intersetoriais que requerem respostas de aspectos múltiplos por parte de distintas organizações nacionais e, em alguns casos, associações entre governos, o setor privado e a sociedade civil, todas atuando de forma apropriada conforme as normas e princípios democráticos e as normas constitucionais de cada Estado. Muitas das novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são de natureza transnacional e podem requerer uma cooperação hemisférica adequada (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2003 apud Saint-Pierre, 2011).

Com isso, pretendia denotar que o Estado dispunha de outras ferramentas para tratar dessas questões além das Forças Armadas, como os Ministérios, mas isso exige uma boa situação econômica e estabilidade política, que muitos países não tem, portanto, o meio mais rápido de resposta é a utilização do exército nas ruas para passar a ideia de segurança. A crítica de Mayer era sobre o problema da “securitização” de problemas que levam a uma resposta militar. Ou seja, o uso inconsequente desse conceito pode causar uma inversão de valores, onde há uma “militarização” da força policial e a “policização” das Forças Armadas.

Outro conceito caro a OEA e que envolve a segurança coletiva é a democracia. Com o Protocolo de Cartagena a organização visou aprofundar os princípios democráticos entre seus membros e definiu-os como uma de suas principais linhas de trabalho.

Debatida e aprovada em setembro de 2001 na capital peruana, essa nova resolução, conhecida como ‘Carta Democrática Interamericana’, passou a cumprir a função de principal instrumento da OEA na promoção, defesa e aprofundamento dos regimes democráticos nas Américas (FAGUNDES, 2010, p. 31).

Essas iniciativas foram tomadas visando modificar a imagem da OEA de um mero instrumento decorativo destinado a embasar os interesses de Washington para uma organização defensora do Estado de Direito, impulsionadora do desenvolvimento social e ferramenta de consolidação de novos regimes democrático. Contudo, a defesa da democracia ainda recai sobre os conceitos de segurança e a crítica a uma agenda comum relacionada a temática que abranja as percepções de todos os Estados-membros.

A crítica a ideia de uma agenda de ameaças comuns para o hemisfério se baseia na sua definição como um fenômeno puramente perceptivo. Segundo Héctor Saint-Pierre, ameaça é “uma representação, um sinal, uma disposição, gesto ou manifestação percebida como o anúncio de uma situação não desejada ou de risco para a existência de quem percebe”. Logo, não é possível a existência de uma única ameaça para todo um continente, mas uma variedade de percepções de acordo com as particularidades de cada um, conseqüentemente, tem-se o mesmo para a segurança. A “multidimensionalidade” como enfoque ou adjetivo geral da segurança é heurísticamente infértil, analiticamente inadequada e operacionalmente perigosa (Saint-Pierre, 2011). Apesar da impossibilidade de construção de agendas hemisféricas, a natureza perceptiva das ameaças permitiu a busca de identidades estratégicas sub-regionais, baseadas também na distinção conceitual, institucional e operacional entre defesa e segurança.

Não obstante, devido as ineficácias e subordinação dos conceitos elaborados aos interesses estadunidenses, listados pela Comissão de Segurança Hemisférica, novas formas de debater defesa e segurança foram necessárias, e neste contexto a Unasul se destaca.

IV. COOPERAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL EM DEFESA

Em síntese, a cooperação militar na região contribui para superar o Dilema de Segurança, uma vez que, segundo o documento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), artigo 3º, alínea “s”, “consiste apenas no intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa”, aproximando os países e, conseqüentemente, reduzindo as desconfianças. Nesse sentido, ao se pensar na cooperação regional em questões de segurança e defesa, deve-se levar em consideração a influência norte-americana, sendo necessário mencionar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1947) e a OEA, pois, foi em decorrência das deficiências desses mecanismos que houve a percepção pelos países da região da necessidade de mecanismos próprios, tais como a UNASUL e, conseqüentemente, do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

O TIAR foi levado aos países americanos pelos Estados Unidos (EUA) como um modelo de cooperação militar hemisférico, que abrange tanto o Complexo Regional da América do Norte quanto o da América do Sul. Apesar de ter formalizado uma aliança militar entre os EUA e a América Latina para estabelecer um mecanismo de defesa coletiva, o Tratado apresenta deficiências, como a relação assimétrica entre as Américas no que tange os interesses em tal cooperação. Além disso, há críticas em relação à efetividade e à credibilidade do TIAR que, já incorporado pela OEA, não foi efetivo para diminuir o uso da força pelos estadunidenses; já a credibilidade ficou enfraquecida em decorrência da preferência dos EUA em apoiar o Reino Unido contra a Argentina no conflito das Malvinas.

As relações interamericanas de segurança e defesa são marcadas pelos interesses norte-americanos na região, em que os países latino-americanos não possuíam muita autonomia e aceitavam a interferência do mesmo para alavancarem sua economia. No entanto, a partir da década de 1990, evidenciou-se a necessidade de redefinição do sistema interamericano em decorrência do Fim da Guerra Fria e da emergência das novas ameaças, além da adoção do conceito de multidimensionalidade, juntamente com a promoção da Democracia e o respeito aos Direitos Humanos. Nesse período, ficaram evidentes a assimetria de poder militar entre os EUA e a América Latina e a divergência entre ambos em relação às questões de segurança e defesa, principalmente com a tendência norte-americana em militarizar questões políticas e ao unilateralismo acentuado devido aos atentados de 11 de setembro. Esses aspectos contribuíram para fortalecer novos mecanismos de cooperação entre os países latino-americanos, como o CDS. No entanto, é contraproducente abordar a temática da cooperação na América Latina como um todo, pois, devido à sua grande extensão e diferenças culturais, a dificuldade de formar uma identidade em comum é maior, portanto, é preferível analisar o desenvolvimento do tema na sub-região, América do Sul (PAGLIARI, 2013, p. 45).

Outro fator importante que contribuiu para o fortalecimento da cooperação na América do Sul foi a aproximação entre o Brasil e a Argentina com o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, em 1979 e, posteriormente, o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (1980), que proporcionou a construção de confiança mútua entre esses países, contribuindo para a mudança do foco dos conflitos para a região amazônica, que passou a ficar entre as principais preocupações do Brasil. O segundo acordo, em particular, teve grande importância na medida em que “sinalizou a autolimitação de soberania em nome da construção da confiança mútua numa área estratégica da defesa nacional dos dois Estados” (ABDUL-HAK, 2013, p. 73). Assim, estabelecendo-se como

medidas de confiança mútua, esses acordos propiciaram a construção de uma Zona de Paz da América do Sul (CERVO, 2008, p. 140).

Ao se pensar na dinâmica de cooperação em segurança e defesa na América do Sul, faz-se importante ressaltar que, para Buzan e Waever, a segurança é relacional, por isso, é necessário entender o padrão de interdependência para analisar as relações de segurança na região. Nesse sentido, esses autores conceituam, resumidamente, Complexo Regional de Segurança (CRS) como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos, independentemente um do outro” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 201 apud PAGLIARI, 2009, p. 35).

O CRS da América do Sul apresenta dois subcomplexos regionais, o Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) e o Andino (Peru, Equador, Colômbia e Venezuela). O primeiro representa o “arco da estabilidade”, tendo como eixo da integração o MERCOSUL (1991), com o objetivo de “promover a estabilidade sub-regional após a redemocratização e fortalecer a inserção internacional de seus Estados-membros” (ABDUL-HAK, 2013, p. 74), com caráter securitizador, enquanto o segundo é caracterizado pela instabilidade, com áreas potenciais de conflitos armados (Amazônia e Andes) além da maior proximidade com as novas ameaças e até mesmo de maior proximidade com os EUA no que diz respeito ao combate dessas novas ameaças.

De modo geral, os países do “arco da estabilidade” apresentam um grande avanço institucional no período de redemocratização, com o controle civil sobre os militares, embora cada país tenha suas particularidades em relação às funções das Forças Armadas, enquanto os países andinos apresentam maiores crises institucionais e maior tendência a militarizar as questões de segurança. Nesse sentido, o Cone Sul tem características pós-westefalianas, ainda que nem todos os países sejam homogêneos nesse aspecto, que aumentam a probabilidade do engajamento em um sistema de defesa coletiva e cooperação em segurança com o compartilhamento de uma cultura e identidade comuns. Já a região andina apresenta-se mais atrasada e com características westefalianas, dificultando o avanço conjunto em questões de segurança e defesa. Portanto, devido às diferenças entre as duas regiões, percebe-se que “não há uma cultura de defesa unificada na América do Sul” (OLIVEIRA et al, 2013).

Apesar das diferenças e até mesmo do risco de separação do CRS Sul-Americano, o Brasil tem o papel essencial de unir os dois subcomplexos, no entanto, ainda há dúvidas quanto à atuação brasileira no combate às drogas, se este país seria uma alternativa à presença norte-americana na região de modo a tratar do tema multilateralmente, ou se o país prioriza o engajamento político seletivo com alguns países vizinhos.

Nesse sentido, Fuccille e Rezende (2013) apresentam uma perspectiva para além de Buzan e Waever. Para os primeiros, o CRS é centrado e não padrão, pois o Brasil, por ser a potência unipolar da região, tem o papel de centralizador, dominando as dinâmicas regionais de segurança. Vale ressaltar que o protagonismo brasileiro deve-se, em parte, pelo fato de a América do Sul não estar entre as prioridades norte-americanas no pós Guerra Fria, no entanto, os EUA ainda exercem certa influência. A partir desse protagonismo, o Brasil busca aproximar as agendas de segurança dos dois subcomplexos. Por essa perspectiva, tem-se na UNASUL e no CDS, ambos de iniciativas e protagonismo brasileiro, uma forma de exercício da hegemonia regional pela institucionalização da integração regional, tendo no Brasil o ator central do CRS.

Outros fatores que enfraquecem o engajamento conjunto e unificado consistem em diferenças culturais em decorrência da vasta dimensão territorial, não conformação de uma identidade regional própria devido ao histórico de conflitos fronteiriços que dificultam na construção de confiança. Assim, apesar dos países serem unânimes na necessidade da integração, a forma como esta ocorreria ainda não estava clara, principalmente pelos interesses particulares em detrimento do coletivo, em que alguns países, a exemplo do Brasil, não aceitam

um aprofundamento institucional dos modelos de integração por receio de que isso diminua a soberania estatal.

Há também desconfianças em relação aos gastos militares dos países sul-americanos. Apesar de ser a região com menor gasto militar do mundo, atualmente verifica-se um aumento dos investimentos nesse setor, o que fez surgirem questionamentos acerca de uma possível corrida armamentista, que causaria instabilidade regional e desconfianças, dificultando o aprofundamento da cooperação ou até mesmo na integração em segurança e defesa que poderia levar os Estados a formarem uma comunidade de segurança. No entanto, tanto Pagliari quanto Abdul-Hak parecem concordar que o aumento com os gastos militares por si só não é suficiente para configurar uma corrida armamentista, devendo ser necessária a análise de outros aspectos. Ademais, os gastos militares na América do Sul são mais voltados para o pagamento de pessoal do que em investimentos, de fato, em tecnologia, aquisição e manutenção de equipamentos e sistemas de defesa, por exemplo, para aprimorar as Forças Armadas (ABDUL-HAK, 2013, p. 187).

Além dos fatores supracitados, a influência norte-americana no subcomplexo andino também dificulta a integração regional em questões de segurança e defesa, na medida em que as aquisições militares da Colômbia, com ajuda dos EUA, acentuam as percepções de desequilíbrio de poder, motivo pelo qual a Venezuela, por exemplo, tem reequipado suas Forças Armadas com material bélico da Rússia. Alguns autores, tais como Buzan e Waeber, também apontam para o risco de os EUA absorverem esse subcomplexo ao Complexo de Segurança Norte-Americano devido à grande influência desse país na região andina.

Em suma, apesar de avanços como a UNASUL e o CDS, que serão analisados posteriormente, a região (sul-americana) ainda carece de um arranjo bem institucionalizado capaz de orientar os países para resultados práticos e suficientes para que se estabeleça uma integração em questões de segurança e defesa. Além disso, um grande problema consiste na “dicotomia entre empregar os poucos recursos existentes em áreas como saúde, educação, saneamento, necessidades contínuas de seus cidadãos, ou destiná-los para a segurança e defesa” (PAGLIARI, 2009, p. 93), sendo essas últimas questões consideradas com pouca importância pela sociedade civil, devido, principalmente, à falta de conhecimento sobre o tema.

V. DISTÂNCIA ENTRE AS AMÉRICAS PORTUGUESAS E ESPANHOLAS: ORIGENS HISTÓRICAS

Como supracitado, faz-se contraproducente analisar a América do Sul como uma região homogênea em seus traços culturais, econômicos e políticos. No escopo das divisões intracontinentais, além das, aqui ressaltadas, separações entre as regiões do Cone-Sul e a Andina, ainda constitui-se como um fator latente as divergências entre as Américas: portuguesa e espanhola. Esta, por sua vez, tem suas origens remontadas à época colonial, na qual, as similaridades como o clima, abundância de matéria prima e o tipo de colonização a qual foram submetidas não foram suficientes para impulsionar uma maior aproximação e cooperação nos âmbitos em que precisavam desenvolver intraterritorialmente.

Assim, destacar-se-á, neste trabalho, que tal distância entre as duas Américas tem como seu principal motivo a divergência política no que tange o início do período pós-colonial. Neste momento, Américas portuguesa e espanhola rumaram seu modelo político para monarquia e república, respectivamente, o que causou um mútuo repúdio entre ambas regiões.

Sobre o ideário de monarquia pairava uma concepção de unidade territorial baseada na força e estabilidade política. Essa ideia encontrava embasamento teórico em autores como Friedrich Hegel, que afirmava ser a “Monarquia constitucional, única constituição racional. Constituição, em grandes Estados e onde o sistema da sociedade civil já se desenvolveu” (HEGEL, 1817 apud BOBBIO, 1981, p.153). Tal associação permitia, ao Brasil, se enxergar

como "forte, unido e, portanto, poderoso" (PRADO, 2001, p.132) assumindo, para si, uma posição considerada superior aos demais territórios regionais.

Neste contexto, as repúblicas hispânicas sul-americanas, ao olhar do Brasil monárquico, constituíam o oposto deste modelo tido como ideal. As vizinhas latinas eram vistas como um grupo descentralizado, com poder político pouco sólido e suscetível à desestabilizações. Eram, dessa forma, caracterizadas pelos brasileiros como "Repúblicas caóticas" (BUADES, 2013, p.86).

Por outro lado, a monarquia brasileira adquiria, ao olhos das repúblicas vizinhas, uma imagem de modelo de governo atrasado politicamente e, significativamente, inóspito para novas ideias e movimentos progressistas. Assim, os Estados sul-americanos seguem, desde o período colonial, pouco motivados a procurarem em seus vizinhos características em comum e possíveis convergências de interesses. Cabe ressaltar aqui, que esta distância se dava, principalmente, entre o Brasil e as repúblicas espanholas chegando Prado (2001, p.128) interpretar que naquela moldura temporal "o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina".

Ademais, o momento em que o Brasil passa a constituir-se como uma república é fortemente caracterizado pelo parco conjunto de mudanças significativas em comparação ao período imperial. Aspectos deste eram vistos como necessários de serem preservados e figuras monárquicas como o Rei Dom João VI continuava sendo alvo de admiração. Ainda, o Brasil passou a olhar para os Estados Unidos da América como modelo republicano a ser seguido, além de acreditar ser este um caminho plausível para a conquista de maior inserção brasileira no cenário internacional.

A República não destruiu as distâncias entre o Brasil e a América Hispânica, pois as diferenças, muito mais que as semelhanças, continuavam a ser destacadas. As visões da distância que nos separava contribuíram para a construção de um imaginário que forjou uma memória transformada em senso comum e que remetia ao passado histórico (PRADO, 2001, p.146)

A análise da obra de Prado proporcionou o entendimento de que a proximidade geográfica entre Estados sul-americanos não fora suficiente para que estas se integrassem em um momento pós-colonial. É possível traçar, a partir desta leitura interpretativa, um paralelo com a obra de Thiago Galvão (2009), em seu artigo América do Sul: Construção pela reinvenção. Isso se deve ao fato que Galvão traz à margem a discussão de como o alinhamento da política externa brasileira e hispânica fora influenciado por intelectuais, de ambas as regiões, que promoviam debates sobre quais regiões seus Estados deveriam se aproximar, sendo uma possível interação da América do Sul, como um todo, pouco visada entre tais manifestações.

No contexto histórico do século XIX, em uma América que até recentemente se via como colônia espanhola, dentre os pensadores que dissertavam sobre política externa de seus locais natais, Galvão destaca José Martí e Domingo Sarmiento. Ambos desenhavam possíveis aproximações para que seus Estados se tornassem atores de maior relevância no cenário internacional, entretanto, discordavam dos meios para se atingir este objetivo.

José Martí, inspirado por seus professores Rafael Maria Mendive e Simon Bolívar era um veemente defensor da ideia de que os países hispânicos deveriam se unir, não apenas para tornarem-se atores mais relevantes internacionalmente, mas, principalmente para deterem possíveis interferências estrangeiras na região. Desconhecer e deixar de unir-se ao vizinho deixaria, assim, a América como um todo mais vulnerável a este tipo de intervenção:

O dever urgente de nossa América é mostrar-se como é, unida em alma e intenção, vencedora veloz de um passado sufocante, manchada apenas com o sangue do adubo, arrancado das mãos, na luta com as ruínas, e o das veias que nossos donos furaram. O

desprezo do formidável vizinho, que nos desconhece, é o maior perigo de nossa América (MARTÍ, 1891).

Do outro lado do debate, como supracitado, encontrava-se o Domingo Sarmiento. Este intelectual argentino afirmava que “a todas as instituições nos esforçamos por toda parte para copiar da Europa” (SARMIENTO, 1845 apud HOSIASSON, p.396). Defendia em seus escritos que a grande saída para o desenvolvimento da América hispânica era espelhar-se no modelo de civilização europeu e estadunidense: “ele apresenta os Estados Unidos como a vanguarda político-econômica do século XIX, já a Europa, a vanguarda cultural” (PORTO, 2008, p.5)

Concomitantemente, no Brasil, o objetivo constituía-se em delinear políticas de aproximação aos Estados Unidos ou à América Latina. Ressalta-se, entretanto, que esta movimentação favorável a criar maiores laços com os países latinos não objetivava a integração destes Estados para que houvesse um fortalecimento da região como um todo, e sim, uma ascensão o Brasil como um ator com maior poder decisório local e extra fronteiriço.

Neste contexto, Joaquim Nabuco, destaca-se como político que evidenciou sua preferência tática à uma aproximação juntos ao Estados Unidos, chegando a declarar ao barão de Rio Branco: “Eu sou um forte monroísta e por isso grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos” (NABUCO, 1906, apud BETHEL, 2010, p.36). Nabuco baseava-se na ideia de que os Estados Unidos tinham na política Monroe a possibilidade de fortalecer o pan-americanismo sem possíveis intervenções europeias. Dedicou-se a ideia de uma união entre as "duas grandes Repúblicas do Norte e do Sul (NABUCO, 1906, apud BETHEL, 2010, p.36). Defesa, esta, fazia o Brasil assumir um papel de interlocutor entre os avanços que possivelmente seriam, ao seu olhar, propiciados pelos Estados Unidos e os demais países da América do Sul.

Neste espaço de tempo, o renomado diplomata e Ministro das Relações Exteriores de então, Barão de Rio Branco não negava a importância de desenvolver relações com a Europa e os Estados Unidos, principalmente devido aos fortes laços comerciais e financeiros que existiam com a Grã-Bretanha (BETHEL, 2010). Entretanto, apresentava-se de forma mais cautelosa ao defender uma única aproximação como mais vantajosa do que as demais, como Nabuco geralmente o fazia perante as relações com os Estados Unidos.

Nesta seara de possibilidades, Rio Branco observou que uma aproximação com a América do Sul poderia gerar impactos positivos ao objetivo brasileiro de tornar-se um ator mais relevante internacionalmente e, quiçá, um líder regional. Ressalta-se que esta aproximação não viria como um contraponto ao firmamento de maiores laços com os Estados Unidos. A relação com este continuaria presente, inclusive, concretizando a embaixada brasileira em Washington durante seu período frente ao Ministério das Relações Exteriores.

Oliveira Lima, por sua vez, diplomata atuante durante a gestão de Rio Branco, não negava sua oposição aos pensamentos dos dois intelectuais brasileiros supracitados. Isso se devia pela sua desconfiança das intenções estadunidenses para com a América do Sul implícitas no pan-americanismo da doutrina Monroe. Argumentava que “interessava ao poder norte-americano que os países da região não conseguissem ter um bom relacionamento” (KLEIN, 2017, p.16). Assim, tais países deveriam buscar um desenvolvimento convergente e integrado livre da intervenção estadunidense :

O predomínio norte-americano deixaria de ser uma realidade se entre os países latinos do continente vingasse o espírito de solidariedade a que deviam em tal campo tender e que não é forçosamente infenso à cordialidade, mesmo à união com o elemento anglo-saxônico (NETO, 1980, p.111).

Assim, evidencia-se que pensadores brasileiros e hispânicos costumeiramente defendiam uma projeção à Europa, aos Estados Unidos ou uma possível aproximação entre os países hispânicos. Contudo, a ideia de integração da América do Sul como um único ator ecoava em poucas vozes. Estas, por sua vez, não se faziam suficientemente fortes para concretizarem-se em medidas ou instituições que promovessem maiores convergências entre os Estados sul-americanos.

VI. DIVERGÊNCIAS REGIONAIS ATUAIS

A América do Sul vai se delineando, dessa forma, como uma região cujas singularidades locais se fazem latentes em seus mais diversos aspectos. No âmbito sócio-cultural, o subcontinente é cenário de um conjunto de países cuja população se reconhece como pertencente a uma significativa seara de identidades. Segundo censo da CEPAL, enquanto que o Brasil é constituído por uma população indígena de 0,5%, a Bolívia tem um conjunto de 62,2%.

Disparidades semelhantes podem ser apontadas para as populações com fortes raízes africanas e/ou europeias, o que impacta, em certa medida, no sentimento de identidade sul-americana muitas vezes almejado no processo de integração regional.

No âmbito econômico, tais diferenças são também latentes. Nota-se o Brasil detém sozinho de quase metade do Produto Interno Bruto (PIB) dos países membros do órgão que faz parte, a UNASUL.

Segundo apontam dados da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), o Produto Interno Bruto (PIB) dos 12 países da América do Sul alcançou 2,5 trilhões de dólares em 2006. Contudo, só o PIB do Brasil foi de 1,06 trilhão de dólares em 2006, e em 2007 foi de US\$ 1,3 trilhão” (CHILE, 2016).

Para além do aparente, esta diferença pode impactar negativamente na formulação de acordos, uma vez que pode fomentar a desconfiança entre os Estados e evidenciar a dificuldade de se encontrar pontos de convergência vantajosos para todos os atores envolvidos.

Ainda, tal aspecto econômico não pode ser desvincilhado do político, uma vez que ambos produzem reflexos mútuos entre si. Quando se trata da América do Sul, além de se considerar as disparidades econômicas supracitadas decorrentes dos diferentes níveis de desenvolvimento e de industrialização, deve atentar-se, ainda, para os modelos políticos presentes na região. Isso se faz devido à capacidade deste em influenciar outras diretrizes como a social e institucional.

Assim, nos anos 1990 destaca-se uma convergência crescente dentre a maioria dos países sul-americanos para o modelo econômico neoliberal, elegendo governantes que fossem coerentes com este alinhamento ideológico. Destacam-se, dentre estes nomes:

Fernando Collor (PRN, 1990- 1992) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1994-2002), ambos apoiados pelo PFL Carlos Menem, na Argentina, pela ala mais à direita do Partido Justicialista (PJ, 1990-2000); na Bolívia, Gonzalo Sanches de Lozada (MNR, 1993-1997 e 2002-2003) e Hugo Banzer Soarez (ADN, 1997-2001) (COUTINHO, 2017, p.118).

Coutinho apontará que, neste contexto, Estados Unidos e Europa se tornaram alianças desejáveis almejando uma maior inserção internacional de seus países. Uma relativa mudança emerge no sub-continente no início dos anos 2000. Tal fato pode ser constatado pela ascensão ao poder de governantes com uma ideologia mais voltada a centro-esquerda, como citado anteriormente neste relatório, no entanto, essa mudança não contemplou todos os Estados do

subcontinente, corroborando para que as divergências, agora políticas, fossem um entreposto para o processo integracional:

Em alguns países, como a Argentina, a mudança de fundamentos da política econômica é bastante clara. Em outros, como o Brasil, a dose de continuidade da ortodoxia é maior. Na Bolívia e na Venezuela, a revisão generalizada de políticas adotadas no período neoliberal, como a privatização, é bem nítida. Já na Colômbia persiste a mesma doutrina liberal. (COUTINHO, 2017)

Ainda no âmbito político, tangendo aspectos quiçá pessoais, o cargo de chefe de Estado que era historicamente ocupado pela parcela da elite intelectual e financeira dos países sul-americanos passa a ser composto por personalidades de diferentes origens socioeconômicas: Existem representantes genuínos dos setores indígena e operário (Morales e Lula) e um ex-militar (Chávez). Porém, a maioria continua mesmo a advir das elites e classes médias: dois médicos (Tabaré e Bachelet, a única mulher na Presidência) e três advogados (Kirchner, Garcia e Uribe: os dois últimos também cientistas políticos) (COUTINHO, 2017, p.118).

Dessa forma, após breve análise, percebe-se que a América do Sul não pode ser encarada como uma região coesa em suas características. Algumas das adversidades provenientes do início do período pós-colonial, como a preferência pela aproximação com os países europeus ou com os Estados Unidos, foi largamente observada no sub-continente até a década dos anos 1990 e pode ser hoje vista no linear colombiano de sua política externa.

É possível, dessa forma, afirmar que tal alinhamento supracitado impactou em alguns desafios para a integração regional. São esses:

- No âmbito político: as semelhanças de seus modelos e ideias políticos eram pouco exploradas e as diferenças eram motivo de rivalidade gerando pouco interesse em formar alianças entre si;
- No âmbito econômico: países sul-americanos eram vistos com economia atrasada e a similaridade entre seus produtos despertava um sentimento maior de competitividade pelo mercado internacional do que possíveis aproximações para ocuparem tal espaço em conjunto;
- No âmbito da defesa, países viam uns aos outros mais como ameaça do que como parceiros em potencial. Ainda, cabe lembrar que durante grande parte da história sul-americana, o Brasil foi concebido negativamente como país imperialista cuja aproximação de seus vizinhos poderia gerar eventuais perdas para estes;
- A constante importação de tecnologia bélica estadunidense, majoritariamente, impactou no baixo desenvolvimento tecnológico dos próprios Estados sul-americanos. Dessa forma, os países desta região chegaram nos anos 2000 com relativa baixa autonomia para desenvolver seus próprios conhecimentos tecno-científicos no que tange a tecnologia militar.

Contudo, faz-se de extrema importância ressaltar que essas adversidades passam a ser enxergadas como barreiras a serem superadas pela maioria dos países sul-americanos nos últimos anos. Assim, observa-se uma ascensão da ideia de identidade sul-americana nos âmbitos tanto governamentais, quanto da sociedade civil e militar. Para que esta identidade venha a se tornar um objetivo concreto, as diversidades supracitadas têm de serem superadas. Para tanto, discursos e instituições passam a ser delineados como forma de criar possibilidades para a consolidação deste ideal.

VII. UNASUL E CONSELHO DE DESEFA SUL-AMERICANO

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), que substituiu a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), fundada em 2008, possui personalidade jurídica própria com status legal de Organização Internacional, além da “vontade política” que combinada com a

institucionalização da cooperação a coordenação e a troca de informações, propicia a criação de um ambiente sustentável para a integração regional em segurança (ARIAS; MAANEN, 2013, p. 116). Essa Organização se configura como uma iniciativa importante sob a perspectiva multilateral do tema de segurança pelo fortalecimento do diálogo político, reforçando a integração entre os países sul-americanos para que estes participem no cenário internacional enquanto um bloco e não individualmente, podendo, além disso, possibilitar a produção conjunta de defesa ao diminuir as tensões entre os países nesse aspecto quando se pensa em independência da produção e por compensar os custos de escala.

O avanço da UNASUL em termos de segurança regional pode ser exemplificado em algumas de suas atuações, tanto na prevenção de conflito quanto na prevenção da paz. No primeiro ponto, destacam-se as atuações no Conflito Civil da Bolívia, em 2008 e na tentativa de golpe contra o presidente do Equador, Rafael Corréa, em 2010. Em ambas as ocasiões, a UNASUL expressou seu apoio aos presidentes, formulando planos de ações para lidar com essas crises. Já o segundo ponto, tem-se como exemplo a participação da UNASUL na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti) numa tentativa de manutenção da paz após o conflito. Além disso, a organização também atuou na Tensão entre os governos da Colômbia e Venezuela, em 2009.

Outro avanço significativo da UNASUL foi a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) - em 2008 que, para ABDUL-HAK (2013, p.19), apresentou “uma inflexão na tendência, verificada durante a Guerra Fria, de estruturação da cooperação militar coletiva no Hemisfério em torno dos EUA” como a OEA, que não se mostrou eficaz na resolução dos conflitos regionais. Dessa forma, o CDS apresenta grandes avanços na medida em que propõe uma “área” de discussão de temas de segurança e defesa longe da influência norte-americana. Vale lembrar que alguns fatores contribuíram para a distância entre a região e os EUA, na década de 1990, tais como o descontentamento dos países sul-americanos com as políticas neoliberais e, posteriormente, com a emergência de governos de esquerda na região (Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai e Equador), o que, por sua vez, propiciou a convergência acerca da integração regional com uma visão de segurança própria sul-americana.

Diferentemente de outras entidades, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) deteve-se ao utilizar o conceito de “segurança multidimensional” como amostra de um esforço em separar as questões de segurança pública das de defesa e atribuir sua resolução aos órgãos de respectiva competência. Um exemplo desse esforço foi a criação do Conselho Sul-Americano de Luta contra o Narcotráfico (CSLCN), como um “foro de consulta, coordenação e cooperação em matéria de prevenção e luta contra o problema mundial das drogas”. Há igualmente o esforço de adaptar os conceitos de segurança e defesa as percepções de ameaças que atingem a sub-região por parte da CEED.

Nesse sentido, autores Elias David Morales Martinez e Mariana P.O. de Lyra afirmar que a UNASUL advoga pela dessecuritização de tema como o narcotráfico, tratando o mesmo como um problema de saúde pública e apoiando iniciativas de caráter doméstico para a resolução do problema, embora essa perspectiva encontre objeções por parte da Colômbia. Todavia, dentro dos Estados-membros esse tópico ainda é securitizado, muitas vezes recorrendo a esfera militar como solução, uma vez que as decisões não têm caráter impositivo.

Não obstante, o CDS não tem poder de intervenção militar, portanto funciona como um foro de debate e uma esfera de consulta, de cooperação e coordenação em questões de defesa de modo a desenvolver uma capacidade dissuasória regional e reduzir as desconfianças entre os países, pois o órgão conta com medidas de criação de confiança. Nesse aspecto, vale ressaltar, a posição do Brasil que, devido à iniciativa brasileira na criação do CDS, o país é visto com desconfianças, pois acredita-se que o órgão pode ser um instrumento para promover os interesses brasileiros na região na área de defesa. Contudo, com o CDS, o Brasil pretende o contrário, ou seja, ao sinalizar suas intenções cooperativas em questões de defesa,

indica-se um esforço na redução das desconfianças de modo a unir esforços em decorrência das vulnerabilidades da região em segurança e defesa, que podem ser superadas pela cooperação.

Em relação aos avanços da construção de medidas de confiança, alguns pontos são relevantes, principalmente no que diz respeito aos gastos militares da região. Nesse sentido, Saint-Pierre e Palacios Junior (2014) ressaltam a criação do Centro de Estudos Estratégicos da Defesa (CEED) em 2009, responsável pelo desenvolvimento de uma tecnologia que aferisse os gastos de confiança na região e também pela elaboração das medidas de confiança. Nessa perspectiva, a promoção dos Livros Brancos da Defesa (LBD) dos Estados-membros da UNASUL e a divulgação dos gastos em defesa em relação à transparência são medidas significativas na promoção de confiança. Porém, o efeito não foi inteiramente satisfatório, pois houve atraso na publicação do LBD do Brasil, o que causou desconfianças nos outros países e, no tocante à realização da segunda medida, houve resistências dos países em divulgar seus gastos. Além disso, o CDS apresenta limitações em seus mecanismos de comunicação (websites), dificultando a divulgação e também a realização de pesquisas acadêmicas no tema.

Apesar de que algumas análises mais otimistas apontam para o CDS como instrumento para a construção de uma Comunidade de Segurança na América do Sul, as dinâmicas militares na região indicam o contrário ao aumentar os armamentos militares, o que não faz sentido numa Comunidade de Segurança, pois nesta há a redução do uso de armas. Ademais, as diferenças supramencionadas entre os dois subcomplexos regionais devem ser superadas para que o aprofundamento da integração seja possível. Nesse aspecto, há um grande desequilíbrio na região entre os países em decorrência da militarização do conflito colombiano, que ficou evidente na assinatura de um acordo militar entre EUA e Colômbia, em 2009.

O acordo supracitado dificulta a cooperação e evidencia a diferença no tratamento das questões a serem tratadas pelo CDS. Ademais, outro desafio repousa nas diferentes visões acerca da atuação do CDS na medida em que este, para o Brasil, seria um “mecanismo de construção de confiança mútua, integração industrial em defesa e intercâmbio de militares em curso de formação”, enquanto que para a Venezuela o CDS seria uma “OTAN do Sul” para se proteger de uma ameaça externa; já para a Colômbia, o CDS “serviria” ao combate às narcoguerrilhas e terrorismo, entre outras ameaças que assolam este país. Dessa forma, na criação do Conselho, chegou-se à conclusão de que as decisões seriam tomadas por consenso, aspecto que acaba por dificultar sua atuação.

Para solucionar os desafios, anteriormente ressaltados, do Conselho, ABDUL-HAK elucida três propostas. Em um primeiro momento, sugere-se a convergência gradual e doutrinária em resposta às diferenças no tratamento e percepção de ameaças e organização militar da região, visando à consolidação do CDS como um mecanismo eficaz e útil para todos os países da região. Seguindo nesse viés, a incorporação dos temas de segurança, por meio da separação entre defesa e segurança pública, de modo que sejam tratados de forma conjunta e não militarizados por uns e por outros não. Como terceira solução, a cooperação industrial mostra-se eficaz, não só como forma de superação de uma suposta corrida armamentista na região, mas também como caminho alternativo à dependência de mercados exteriores, fortalecendo, assim, poder político, econômico e militar dos Estados. A importância estratégica de uma indústria de defesa está explícita na Política Nacional de Defesa de 2005. No entanto, os países sul-americanos ainda precisam avançar em questões de recursos tecnológicos e se comprometerem com a cooperação em longo prazo.

A carência de uma maior institucionalização da UNASUL, compreendida como um contraponto para o avanço da concretização estrutural da Organização, é ressaltada pelo fato de que o Brasil não tem mostrado grande interesse em participar de uma aliança militar na América do Sul (PAGLIARI, 2009, p. 223). Tal argumento é reforçado na afirmação de Fausto e Sorj (2013) que, para o Brasil, a UNASUL não poderia ser mais institucionalizada que o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações (CAN), contradizendo a proposta de Hugo

Chávez, que defendia uma ampla institucionalização. No mais, para ambos os autores, a construção de comunidade sul-americana caracteriza-se pelo poder de alcance político limitado, ao invés do seu objetivo inicial integratório.

No que tange ao CDS, o mesmo não obteve grande avanços em termos práticos, para além de seu Estatuto de Plano de Ação. Não obstante, o Conselho apresenta problemas de curto, médio e longo prazo a serem supridos. Sendo o Brasil o principal expoente em ciência e tecnologia militar, além de posição estratégica no Cone Sul e na região amazônica, logo, a liderança brasileira mostra-se central para a UNASUL. Por isso, ABDUL-HAK (2011, p. 242) afirma que “o Brasil é o alicerce de uma futura comunidade de segurança na América do Sul”.

VIII. CONCLUSÃO

Tendo em vista a extensa argumentação deste artigo, é notório realizar algumas inferências sobre a cooperação sul-regional nas áreas de defesa e segurança. A princípio, o emprego de conceitos, no caso, de defesa e segurança, respaldados na literatura anglo-saxã mostra-se de ineficaz compreensão, frente às disparidades da América Latina. Partindo deste preceito, a Organização dos Estados Americanos, em seu objetivo de focar nas questões político-legislativas da América como um todo, viu-se no dever de trazer a tona sua própria visão dos conceitos de defesa e segurança, após o fim do período pós-guerra. Embasada pela crítica a militarização e estatização dos conceitos supracitados, a organização criou uma Comissão de Segurança Hemisférica, cujo tema segurança não era mais tratado em âmbito multidimensional, mas sim em seu aspecto cooperativo. Logo, não tardou em vários estudiosos da região em realizar ferrenhas críticas a esse objetivo da OEA em tratar os novos conflitos e as diferentes concepções de segurança, em torno de somente uma face única conflitiva e securitária.

Em contraposição a essa visão generalizadora da região, fez-se surgir uma comunidade no qual os países da América do Sul pudessem desenvolver uma visão e cooperação, principalmente em relação à defesa e segurança regional, em termos próprios. Ou seja, tal comunidade, denominada União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), tem como objetivo retratar os conflitos da região a partir uma literatura conceitual sul-sul, construída por meio das ações e contribuições político-regionais de cada país membro. Para trabalhar com mais afinco a questão de defesa e segurança, criou-se o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Um dos feitos do Conselho que merece ser ressaltado, é a não aplicação do termo de segurança multidimensional, deixando claro a distinção dos deveres de segurança pública e de defesa. Sendo assim, atribuiu-se a outras entidades a função de tratar os temas de segurança pública, por exemplo, a criação do Conselho Sul-Americano de Luta contra o Narcotráfico (CSLCN)₂ para abordar a atuação do narcotráfico como crime transfronteiriço de ordem pública.

Apesar de possuir notórios avanços da temática na região, por meio deste mecanismo do CDS, ainda o mesmo tem em sua estruturação divergências e problemáticas de curto, médio e longo prazo para serem solucionadas. Como exemplo disto, tem-se a carência de uma maior institucionalização da UNASUL, o que leva ao embate da Venezuela, de uma lado, defendendo uma maior institucionalização da comunidade, e o Brasil, de outro, aplicando uma visão amena em relação ao assunto. Outro empecilho na desenvoltura das atividades do órgão, é o perceptível crescimento de armamentos militares, o que entra em conflito com a característica pacifista de uma Comunidade de Segurança. No mais, os países-membros do CDS encaram as atividades do mesmo de espectros totalmente divergentes, tendo como principal ponto de conflito em relação a visão colombiana do Conselho, no que tange ao assunto do narcotráfico. O governo

da Colômbia encara como dever do CDS em resolver o crime transfronteiriço, que difere da atribuição de segurança pública da temática para outro órgão, dos outros Estados-membros.

Portanto, torna-se complexo o estudo de defesa e segurança na América, não somente em relação aos aspectos anteriormente ressaltados, mas também em contrapartida das diferenças que compõem a região, fundamentadas em histórico desde a época pós-colonial até a atual conjuntura. Atrelada a isso, o emprego de uma concepção exterior a, não só América do Sul, mas no todo da América Latina, leva a uma análise e conjectura simplórias e tendenciosas, no âmbito da defesa e segurança. Para contrabalançar tal visão generalizadora, fez-se surgir a UNASUL e o seu Conselho Sul-Americano de Defesa, com importantes avanços temáticos na região, apesar de o mesmo ainda necessitar, em sua estrutura, diversas reformulações e acordos entre os países-membros, na sua atuação frente à complexidade das distintas e únicas diferenças que compõem cada Estado sul-americano.

IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil (CDS). Brasília: FUNAG, 2013.

ARIAS, Aimee Kanner; MAANEN, Guillermo K. van. Segurança na América do Sul: a UNASUL como ator de segurança. In: OLIVEIRA, Marcos Aurelio et al. Cultura de Defesa Sul-Americana. Recife: Editora UFPE, 2013.

BETHELL, Leslie. As visões de Joaquim Nabuco sobre o Brasil nas Américas. In: PRESENÇA DE JOAQUIM NABUCO LONDRES, 1., 2010, Recife. Presença de Joaquim Nabuco Londres. Londres: Fundação Joaquim Nabuco e da Universidade de Londres, 2010. p. 11 - 302. Disponível em: <[http://www.academia.org.br/abl/media/Revista Brasileira 66 - PROSA.pdf](http://www.academia.org.br/abl/media/Revista_Brasileira_66_-_PROSA.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BOBBIO, Norberto. . Brasília: Unb, 1981. Tradução Sérgio Bath. A teoria das formas de governo

BUADES, Josep M.. Os Espanhois. São Paulo: Contexto, 2013.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008 – Cap. 5.

CHILE. Comissão econômica para a América Latina (CEPAL) (Org.). Economia da América Latina e do Caribe crescerá somente 0,2% em 2016 em um complexo cenário global. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/comunicados/economia-america-latina-caribe-crescera-somente-02-2016-complexo-cenario-global>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

COUTINHO, Marcelo. Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 27, p. 107-123, Nov. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jan. 2017.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A Atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) nas crises políticas contemporâneas. Meridiano 47 nº 117, 2010.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. “Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma nova perspectiva”. *Contexto Internacional*, (35) 1, 2013.

GALVÃO, Thiago Gehre. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 2, n. 52, p.63-80, jul. 2009.

HOSIASSON, Laura Janina. O prazer da leitura em Facundo. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 89, p. 183-192, Mar. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Fev. 2017

KLEIN, Magno. A formação do paradigma americanista:: As relações exteriores do Brasil no pensamento político da Primeira República. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, Guadalajara, v. 2, n. 16, p.1-19, jan. 2017. Semestral

MARTÍ, José. *Nossa América*. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: Hucitec, 1983.254p. p:194-201. (Texto original de 1891)

MARTINEZ, Elias David Morales; LYRA, Mariana P. O. O processo de dessecuritização do Narcotráfico na Unasul. *Contexto Internacional* (37) 2, 2015.

NETO, Washington Luis. [Introdução] in: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Pan-Americanismo* (Monroe, Bolivar, Roosevelt). Rio de Janeiro: Garnier, 1907. 3a ed. Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

OLIVEIRA, Marcos Aurelio et al. *Cultura de Defesa Sul-Americana*. Recife: Editora UFPE, 2013.

PAGLIARI, Graciela de Conti. *O Brasil e a segurança na América do Sul*. Curitiba: Juruá, 2009.

PORTO, Diego G., Encontro Internacional da ANPHLAC, 8., 2008, Vitória. Sarmiento: entre o ideal de uma república virtuosa e a necessidade de uma república forte. Vitória: Anphlac, 2008. p.19

PRADO, Maria Lígia Coelho. O BRASIL E A DISTANTE AMÉRICA DO SUL. *Revista de História*, São Paulo, v. 10, n. 145, p.127-149, jan. 2001

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias”. *Contexto Internacional*, 33 (2), 2011.

_____; PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa. “As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009-2012)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57 (1), pp. 22-39, 2014

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. Brasil e o CDS: pensamento estratégico, comunidade de segurança e dissuasão regional. In: OLIVEIRA, Marcos Aurelio et al. *Cultura de Defesa Sul-Americana*. Recife: Editora UFPE, 2013.

